

Termo de Fomento nº 201/2026/GP.

TERMO DE FOMENTO

PARTES: *Município de Pato Branco*, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54, com sede e foro na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, CEP: 85.501-064, neste ato representado pelo seu Prefeito, **Geri Natalino Dutra**, brasileiro, portador do RG nº 4551478-1 SESP/PR, inscrito no CPF nº 648.471.369-34, residente e domiciliado na Rua Candido de Abreu nº 25, Bairro Jardim Primavera, CEP 85.502-360, em Pato Branco - PR, como **CONCEDENTE**, e de outro lado, a **Conselho Comunitário de Segurança De Pato Branco – PR**, inscrito no CNPJ nº 80.871.924/0001-00, com sede na Rua Presidente Kennedy, nº 170, Bairro Bortot, CEP 85.504-240, em Pato Branco/PR, telefone (46) 98401-4954, endereço eletrônico patobranco.conseg@gmail.com, neste ato representado por seu Representante Legal, o Sr. **Juliano Riboli**, portador do CPF nº 018.446.390-45, inscrito no RG nº 14.144.898-6/PR, residente e domiciliado na Rua Visconde de Nacar, nº 216, Bairro Jardim das Américas, CEP 85.502-420 em Pato Branco - PR, telefone (46) 99904-8244, endereço eletrônico julianoriboli@gmail.com como **PROPONENTE**, conforme autorização constante do processo administrativo nº 16.922/2026 1Doc, Inexigibilidade nº 198/2026 – Processo nº 202/2026, Remanejamento nº 02/2026 - Emenda Impositiva Individual nº 105/2025, que independente da sua transcrição, integra o presente termo que será regido pelas disposições da Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 9.309/2022 e demais legislações aplicáveis, bem como, pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I - Constitui objeto da presente parceria, Aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais destinados à estruturação e humanização do atendimento da Delegacia da Mulher de Pato Branco, contemplando 01 (um) notebook de alta performance, 03 (três) armários sob medida, 01 (uma) mesa sob medida, 01 (um) televisor, 01 (um) sistema de monitoramento completo com 12 (doze) câmeras de segurança, 01 (um) DVR, 01 (um) monitor e 01 (um) interfone, 04 (quatro) monitores para computador, 04 (quatro) cadeiras executivas, 02 (dois) cofres, 01 (um) binóculo, 02 (dois) lixeiros trituradores, 02 (dois) carregadores de bateria veicular, 04 (quatro) lanternas táticas profissionais, 04 (quatro) headphones e 01 (um) HD/SSD externo com capacidade de 1 TB.

CLÁUSULA SEGUNDA – META DE ATENDIMENTO

I - Melhora na qualidade dos atendimentos realizados à população vítima de violência no âmbito doméstico e familiar, bem como vítimas de crimes contra a dignidade sexual no município de Pato Branco. Realização, pela Delegacia da Mulher de Pato Branco e em parceria com o CONSEG, de quatro palestras em escolas públicas voltadas à orientação da prevenção da violência doméstica e familiar ou de crimes contra a dignidade sexual. Uma visita técnica à Delegacia da Mulher de Pato Branco, realizada pelo CONSEG, representantes do Poder Executivo e Poder Legislativo municipais, visando conhecer o funcionamento da delegacia e as melhorias que o projeto realizado trouxe ao atendimento da população.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

I - O serviço será executado fielmente pela PROPONENTE, após a assinatura do Termo de Fomento, devendo cumprir todas as obrigações estabelecidas, inclusive quanto ao Plano de Trabalho apresentado.

II - No caso de interrupção do funcionamento da PROPONENTE ou paralisação das atividades vinculadas à presente parceria, faculta-se à CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

I - O prazo de vigência do Termo de fomento do objeto da parceria será de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação do presente instrumento.

II - O prazo de execução do Termo de fomento do objeto da parceria será de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação do presente instrumento.

III - Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados, de acordo com a legislação vigente, observado o disposto na Cláusula Décima Terceira do presente Termo de fomento.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

I - Para a execução do objeto da parceria, o CONCEDENTE fará o repasse do valor total de **R\$ 100.000,00** (cem mil reais) à PROPONENTE, com recursos da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao Remanejamento nº02/2026 - Emenda Impositiva Individual nº105/2025.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - Os repasses destinados à execução do objeto da parceria correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária:

a) 05 Secretaria Mun de Admin. e Financas - 5.02 Departamento Administrativo - 3.3.50.43.00.00.00 Subvenções Sociais - 3.3.50.43.99.99.00 Demais Entidades Do Terceiro Setor - Despesa 42998 - Desdobramento Da Despesa 42999 Fonte.....: 0 Recursos Ordinarios (Livres)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRONOGRAMA DE REPASSE E FORMA DE PAGAMENTO

I - O repasse de recursos se dará após a assinatura e publicação do presente instrumento, em parcela única, observando o seguinte cronograma:

PARCELA	PRAZO	VALOR TOTAL
01	60 (sessenta) dias úteis após a publicação do termo.	R\$ 100.000,00

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros deverão ser aplicados no custeio das seguintes despesas, desde que estritamente relacionadas à execução do objeto da parceria:

Descrição da Despesa	Código da despesa	Valor Total
Aquisição de um notebook de alta performance	4.4.90.52.35	R\$ 20.000,00
Aquisição de três armários sob medida	4.4.90.52.42	R\$ 19.000,00

Aquisição de uma mesa sob medida	4.4.90.52.42	R\$ 5.000,00
Aquisição de um televisor	4.4.90.52.33	R\$ 2.000,00
Aquisição de um sistema de monitoramento completo, com 12 câmeras de segurança, um DVR, um monitor e interfone	4.4.90.52.33	R\$ 20.000,00
Aquisição de quatro monitores para computador	4.4.90.52.33	R\$ 4.000,00
Aquisição de quatro cadeiras executivas	4.4.90.52.42	R\$ 8.000,00
Aquisição de dois cofres	4.4.90.52.42	R\$ 8.000,00
Aquisição de um binóculo	4.4.90.52.99	R\$ 4.000,00
Aquisição de dois lixeiros trituradores	4.4.90.52.36	R\$ 2.000,00
Aquisição de dois carregadores de bateria veicular	4.4.90.52.57	R\$ 2.000,00
Aquisição de quatro lanternas táticas profissionais	4.4.90.52.99	R\$ 3.000,00
Aquisição de quatro headphones	4.4.90.52.33	R\$ 2.000,00
Aquisição de um HD/SSD externo (capacidade de 1TB)	4.4.90.52.33	R\$ 1.000,00

CLÁUSULA NONA – DAS CONTRATAÇÕES E COMPRAS

I - A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos com recursos desta parceria, deverá obedecer aos princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade.

II - Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista ou de qualquer espécie entre o CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a execução do objeto da parceria, sendo de responsabilidade exclusiva da PROPONENTE o pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários, assim com quaisquer despesas de natureza fiscal ou comercial relativamente ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, afastando-se por completo a responsabilidade, ainda que solidária ou subsidiária, da CONCEDENTE por quaisquer destas obrigações.

III - A PROPONENTE adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos no âmbito da presente parceria.

IV - A PROPONENTE deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, através de pesquisas de preços, inclusive para fins de elaboração de relatório de execução financeira exigível em prestação de contas.

V - A PROPONENTE deverá manter em sua guarda, pelo prazo de 10 (dez) anos, os orçamentos coletados de fornecedores e prestadores de serviços, a fim de comprovar, caso necessário, a compatibilidade das despesas com os valores de mercado.

VI - Para fins de comprovação das despesas, a PROPONENTE deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia

útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS

I - Os valores a repassar deverão ser depositados pelo CONCEDENTE em conta bancária específica da PROPONENTE, no **Caixa Econômica Federal Agência: 0602 Conta: 568.956.968-9 Operação: 1292**

II - A conta bancária na qual serão mantidos os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE deverá ser aberta exclusivamente para este fim e restritamente vinculada ao objeto desta parceria, devendo ser isenta de qualquer tarifa bancária.

III - Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

IV - Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

a) A utilização do recurso a que se refere este item deve ser solicitada pela PROPONENTE com antecedência de até 30 (trinta) dias do término da vigência, perante o gestor da parceria, formalizando-se através de termo de apostilamento.

V - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, sendo que toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica ou PIX, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

VI - Existindo obrigação financeira que não possa ser paga através de transferência bancária ou PIX, a PROPONENTE deve declarar este fato no respectivo Plano de Trabalho, sendo facultado, nesta hipótese, o pagamento em espécie, desde que observado o limite total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), relativamente à soma destas despesas, devendo colher nota fiscal e recibo devidamente firmado pelo beneficiado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA PROPONENTE

I - O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sendo vedado à PROPONENTE utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

II - Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à CONCEDENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

a) Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços de forma articulada, visando que seja alcançado o objeto deste Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;

b) Monitorar e avaliar constantemente a execução do objeto, emitindo relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submetê-lo à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o

homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil, conforme previsto Decreto municipal 9.309 de setembro de 2022;

c) Comunicar à PROPONENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

d) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;

e) Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;

f) Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

g) Informar à PROPONENTE os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;

h) Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

III - Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à PROPONENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

a) Cumprir fielmente o Plano de Trabalho aprovado, visando o atingimento das metas previstas e a perfeita execução do objeto pactuado, com estrita observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

b) Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

c) Aplicar os recursos transferidos pela CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto da presente parceria, conforme Plano de Trabalho, observando-se as proibições estabelecidas no art. 45 da Lei 13.019/2014 e na cláusula décima segunda deste Termo de Fomento;

d) Manter escrituração contábil regular;

e) Manter os registros de cadastros dos usuários e os registros de participação dos usuários nas atividades (listas de presenças/registros fotográficos) devidamente organizados para acesso da equipe de monitoramento e avaliação, bem como demais órgãos de fiscalização, pelo prazo de 10 (dez) anos;

f) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas;

g) Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto do Termo de Fomento;

h) Divulgar na internet e/ou em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações;

i) Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, na forma do art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

- j) Garantir o livre acesso dos agentes públicos da Administração Municipal CONCEDENTE, inclusive dos responsáveis pelo controle interno, bem como, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo e Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;
- k) Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- l) Prestar contas dos recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE, na forma estabelecida no presente instrumento;
- m) Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento:
 - 1. utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;
 - 2. garantir sua guarda e manutenção;
 - 3. comunicar imediatamente à CONCEDENTE qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
 - 4. arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;
 - 5. em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à CONCEDENTE, além da proposta para reposição do bem, de competência da PROPONENTE;
- n) Manter, durante toda a parceria, as condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;
- o) Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- p) Prestar contas no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (SIT - TCE/PR), de forma regular, pelo menos no fechamento de cada bimestre e, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do encerramento da parceria, declarando todas as informações e apresentando os documentos solicitados;
- q) Comunicar à CONCEDENTE suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, bem como, a alteração do quadro dirigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PROIBIÇÕES

I - Fica proibido à PROPONENTE:

- a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo CONCEDENTE;
- c) Realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Fomento;
- d) Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista no Plano de Trabalho
- e) Utilizar os recursos recebidos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Fomento;
- f) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- g) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- h) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- i) Pagamento de despesa bancaria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

I - O Termo de Fomento poderá ser alterado ou sofrer modificações no Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas em Lei e regulamento, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria, mediante proposta devidamente formalizada e justificada.

II - A vigência do Termo de Fomento poderá ser alterada mediante solicitação da PROPONENTE, devidamente formalizada e justificada, de acordo com a Lei n.º 13.019/2014 e com o Decreto Municipal nº 9.309/2022, a ser apresentada à CONCEDENTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do prazo inicialmente previsto.

III - A prorrogação de ofício da vigência do termo de Fomento deve ser feita pela CONCEDENTE quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

IV - O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo de apostilamento ou termo aditivo ao plano de trabalho original, na forma do artigo 42 do Decreto Municipal nº 9.309/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO GESTOR DA PARCERIA

I - A CONCEDENTE indica como Gestora da parceria a servidora Elisandra Nath Copatti, CPF: 879.394.521-34 matrícula 81094, dentro dos padrões determinados pela legislação, o qual será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

II - Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente nos art. 69 do Decreto Municipal 9.309/2022 e art. 73 da Lei 13.019/2017, que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.

III - O Gestor emitirá parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração este relatório e as demais atribuições indicadas no art. 61 da Lei 13.019/14.

IV - As decisões e providências que ultrapassem a competência do gestor deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

I - Compete ao CONCEDENTE realizar procedimentos de fiscalização da presente parceria, com caráter preventivo e saneador, podendo, para tanto, proceder ao amplo exame de documentos físicos ou digitais, bem como, realizar visitas *in loco*, para fins de monitoramento e avaliação da correta execução do objeto e aplicação dos valores repassados e do regular cumprimento da Lei 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 9.309/2022 e do Plano de Trabalho aprovado.

II - Sempre que houver visita técnica *in loco*, o resultado será circunstanciado em Relatório de Visita Técnica *in loco*, que será enviado à PROPONENTE para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do CONCEDENTE.

III - O gestor da parceria, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento nomeada através da Portaria nº 18 e 24/2025, será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

IV - O gestor da parceria emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13019/2014, esse parecer pode ser efetuado a qualquer momento, e é obrigatório ao menos ao final de cada ano civil e no final da transferência, analisando os objetivos atingidos, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, para proceder à homologação.

V - Conforme dispõe a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- a)** Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b)** Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c)** Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- d)** Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no presente Termo de Fomento;
- e)** Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

VI - No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores.

VII - O CONCEDENTE poderá e, nas condições estabelecidas em regulamento, deverá realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, como subsídio na avaliação da parceria.

VIII - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e da Comissão de Avaliação e Monitoramento deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I - A PROPONENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos, visando demonstrar os resultados da parceria, apresentando elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance de metas.

II – Para fins de prestação de contas anual e final, a PROPONENTE deve apresentar relatório de execução do objeto, contendo:

- a)** A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b)** A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c)** Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros; e
- d)** Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver.

III - O relatório de que trata o item II deve, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- a)** Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

b) Do grau de satisfação do público-alvo, que pode ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e

c) Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

IV - As informações de que trata o item III serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no inciso IV do caput do art. 24 do Decreto Municipal nº 9309/2022.

V - Caso a PROPONENTE não comprove o alcance das metas, deverá apresentar justificativa, além de relatório de execução financeira, contendo:

- a) A relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- b) O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- c) O extrato da conta bancária específica;
- d) A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;
- e) A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
- f) Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

VI - A CONCEDENTE, através de servidor designado para este fim, promoverá a análise do relatório de execução financeira de que trata o item V, observando-se o disposto no art. 56 do Decreto Municipal nº 9.309/2022.

VII - A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, conforme disposto no presente instrumento.

VIII - Todos os documentos referentes à prestação de contas deverão ser devidamente protocolados, observando-se o procedimento padronizado de protocolo no âmbito do Poder Público CONCEDENTE, dirigidos ao Gestor da parceria.

Subcláusula Primeira - Da Prestação de Contas Anual

I - Caso a parceria seja prorrogada, apresentando vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas parcerias inicialmente pactuadas por prazo superior a 01 (um) ano, a PROPONENTE deve apresentar prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício.

II - A prestação de contas anual consistirá na apresentação do relatório parcial de execução do objeto na plataforma eletrônica, que deverá observar o disposto no item II da Cláusula Décima Sexta e art. 54 do Decreto Municipal nº 9.309/2022.

III - Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas.

a) Se persistir a omissão de que trata este item, aplica-se o disposto no § 2º do art. 70 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

IV- A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação, que conterá:

- a) Os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014; e
- b) O parecer técnico de análise da prestação de contas anual, observado o disposto no art. 59, § 1º, II do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

V - Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 30 (trinta) dias:

- a) Sanar a irregularidade;
- b) Cumprir a obrigação; ou
- c) Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

VI - O gestor avaliará o cumprimento do disposto no item anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso.

VII - Serão glosados valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente.

VIII - Na hipótese dos itens V e VI, se persistir irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação:

- a) Caso conclua pela continuidade da parceria, deve determinar:
 - 1. A devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
 - 2. A retenção das parcelas dos recursos, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.
- b) Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deve determinar:
 - 1. A devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
 - 2. A instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea “a” no prazo determinado.

IX - O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados de seu recebimento, cabendo ao gestor da parceria adotar as providências indicadas.

Subcláusula Segunda - Da Prestação de Contas Final

I - A PROPONENTE deve apresentar prestação de contas final, por meio do relatório final de execução do objeto, devendo conter os elementos previstos no II da Cláusula Décima Sexta e art. 54 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, relatório de execução financeira, bem como, se for o caso, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52da Lei Federal nº 13.019/2014 e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º do art. 41 do Decreto Municipal nº 9309/2022.

II - O relatório final de execução do objeto deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia da PROPONENTE, devidamente justificada e aceita pelo gestor;

III – Caso ocorra a notificação da PROPONENTE, esta deve apresentar, ainda, relatório final de execução financeira, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aceita pelo gestor.

IV- A análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho e considerará:

- a)** O relatório final de execução do objeto;
- b)** Os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a 01(um) ano;
- c)** O relatório final de execução financeira;
- d)** O relatório de visita técnica in loco, quando houver; e
- e)** O relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

V - Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, devendo mencionar os elementos de que trata o item III da Cláusula Décima Sexta.

VI - Na hipótese de a análise de que trata o item IV desta Subcláusula concluir que houve descumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a organização da sociedade civil para que apresente relatório final de execução financeira, que deverá observar o disposto no item V da Cláusula Décima Sexta.

VII - O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e deve concluir pela:

- a)** Aprovação das contas;
- b)** Aprovação das contas com ressalvas; ou
- c)** Rejeição das contas.

VIII - A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto neste Decreto.

IX - A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

X - A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a)** Omissão no dever de prestar contas;
- b)** Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c)** Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
- d)** Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

XI - A rejeição das contas não pode ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, segundo os critérios definidos no art. 54, § 1º do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

XII - A decisão sobre a prestação de contas final cabe ao secretário (a) da pasta à qual se relaciona a parceria.

XIII - A PROPONENTE será notificada da decisão de que trata item VII desta Subcláusula e poderá:

- a)** Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, senão reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito, para decisão final no prazo de trinta dias; ou

- b)** Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

XIV - Exaurida a fase recursal, a **CONCEDENTE** deverá:

- a)** No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, indicar as causas das ressalvas; e
- b)** No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de 30 (trinta) dias:
1. Devolva os recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução do objeto, apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou
 2. Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

XV - A aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerada na eventual aplicação das sanções de que trata o Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 9309/2022.

XVI - A administração pública municipal deve se pronunciar sobre a solicitação de que trata o subitem “b”, do item XIII desta subcláusula, no prazo de 30 (trinta) dias.

XVII - A realização das ações compensatórias de interesse público não deve ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

XVIII - Compete exclusivamente ao Prefeito autorizar o ressarcimento de que trata o subitem 2, “b”, do item XIV desta subcláusula.

XIX - Na hipótese do item XIV, “b” desta Subcláusula, o não ressarcimento ao erário ensejará:

- a)** A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e
- b)** O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

XX - O prazo de análise da prestação de contas final pela **CONCEDENTE** será de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, não podendo exceder o limite de 300 (trezentos) dias.

XXI - O transcurso do prazo definido no item anterior, sem que as contas tenham sido apreciadas:

- a)** Não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e
- b)** Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

I - Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas específicas, a **CONCEDENTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **PROPONENTE**, as seguintes sanções:

- a)** Advertência;
- b)** Suspensão temporária de participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos ou entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

II - Prescreve em cinco anos, cotados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidades decorrente de infração relacionada à execução da parceria. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado a apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

I - O presente Termo de Fomento poderá ser:

- a) Extinto por decurso de prazo;
- b) Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- c) Denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- d) Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
 1. Descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
 2. Irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
 3. Omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
 4. Violação da legislação aplicável;
 5. Cometimento de falhas reiteradas na execução;
 6. Malversação de recursos públicos;
 7. Constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
 8. Não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
 9. Descumprimento das condições que caracterizam a PROPONENTE como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
 10. Paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
 11. Quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da PROPONENTE e autorizado pelo Prefeito Municipal; e
 12. Outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

II - A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

III - Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da CONCEDENTE, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da PROPONENTE, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

IV - Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da PROPONENTE, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

V - Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

VI - O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

VII - Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

VIII - Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

I - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, caso não aplicados no objeto da parceria, serão devolvidos ao CONCEDENTE no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

II - A PROPONENTE compromete-se, ainda, a restituir o valor transferido nos seguintes casos:

- a)** Inexecução do objeto;
- b)** Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido; ou
- c)** Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

III - Os débitos a serem restituídos deverão ser atualizados monetariamente desde a data do recebimento, observando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, bem como, acrescidos de juros mensais de 1%, calculados da seguinte forma:

a) Nos casos em que for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 67 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022; e

b) Nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

- 1.** Do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da organização da sociedade civil ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou
- 2.** Do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea “a” deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 67 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

IV - A PROPONENTE deverá recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

V - A restituição do valor não exime a PROPONENTE de cumprir todas as sanções que lhes forem regularmente aplicadas, com base no presente Termo de Fomento e na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DESTINAÇÃO DOS BENS REMANESCENTES

I - Após o fim da parceria, os bens remanescentes que tiverem sido adquiridos com os recursos repassados serão destinados:

a) Ao CONCEDENTE, quando necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria ou pela execução direta do objeto pela administração pública municipal; ou

b) À PROPONENTE, quando forem úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

II - Na hipótese do subitem “a”, acima, a PROPONENTE deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens à CONCEDENTE, que deverá retirá-los, no prazo de até noventa dias, após o qual a organização da sociedade civil **não mais será responsável pelos bens**.

III - Na hipótese do subitem “b” acima, a PROPONENTE poderá realizar doação a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

IV - Na hipótese do subitem “b” acima, caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a PROPONENTE, observados os seguintes procedimentos:

a) Não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

b) O valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

V - Na hipótese de dissolução da organização da sociedade civil PROPONENTE durante a vigência da parceria os bens remanescentes deverão ser retirados pela CONCEDENTE, no prazo de até noventa dias contados da data de notificação da dissolução, exceto se aprovada proposta de doação a terceiros, de conformidade com o disposto no item III desta cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Pato Branco-PR, para dirimir questões relativas ao presente contrato, com a expressa e formal renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

II - Obrigatoriamente, será feita prévia tentativa de solução administrativa para dirimir eventuais questões relativas ao presente contrato.

Assim, por estarem certos e ajustados obrigando-se à bem e fielmente cumprir todas as disposições do Contrato.

Pato Branco, 28 de Setembro de 2026.

Município de Pato Branco - Concedente
Geri Natalino Dutra - Prefeito

Conselho Comunitario De Seguranca De Pato Branco Pr - Proponente
Juliano Riboli - Representante Legal



ANEXO I – PLANO DE TRABALHO



PLANO DE TRABALHO 12/2026

Emenda Impositiva de Individual

Nº 105/2025

Remanejamento nº 2/2026

**Autor: Vereador Rodrigo
José Correia**



CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA CONSEG - PATO BRANCO - PR

PLANO DE TRABALHO 12/2026 Emenda Impositiva Individual Nº 105/2025 - Autoria: Vereador Rodrigo José Correia Remanejamento nº 2/2026

1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC

Razão Social da OSC: CONSEG – CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DE PATO BRANCO – PR	
CNPJ: 80.871.924/0001-00	
Endereço: Rua Presidente Kennedy, 170, bairro Bortot, Pato Branco/PR.	
CEP: 85.504-240	Telefone: (46) 98401-4954
Email: patobranco.conseg@gmail.com	
Conta corrente: Vide Declaração	
Banco: Caixa Econômica Federal	
Agência: 0602	

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE OU RESPONSÁVEL – OSC

Representante Legal da OSC: JULIANO RIBOLI	
CPF: 018.446.390-45	RG: 14.144.898-6/PR
Endereço: Rua Visconde de Nacar, 216, Jardim das Américas, Pato Branco/PR.	
CEP: 85.502-420	Telefone: 46-9-9904-8244
Email: julianoriboli@gmail.com	

1.2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Responsável pelo Projeto: KEILA MARIA MAFIOLETTI	
CPF: 088.202.939-86	RG: 10.614.249-1/PR
Endereço: Rua Tocantins, 1941, Centro, Pato Branco – PR.	
CEP: 85.505-140	Telefone: 46-99910-0689
E- mail: del.kmafioletti@pc.pr.gov.br ou delta2018.keila@gmail.com	



CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA CONSEG - PATO BRANCO - PR

2. APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DA OSC

O Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco/PR – CONSEG, possui reconhecimento do Poder Público e emissão de Carta Constitutiva, com obrigações nas normas e Regulamentos do DECRETO Nº 5381/2016, tendo um foco de atuação voltado a organizar as comunidades e interagir de forma estritamente técnica com os órgãos de segurança pública, cumprindo todas as diretrizes emanadas pelo Poder Público e pelo regulamento supracitado.

Constituído de colegiado municipal deliberativos e consultivos, sem fins lucrativos, apolíticos e apartidários, vinculados às diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, com o objetivo principal de organizar as comunidades e interagir de forma estritamente técnica e privilegiada com os órgãos de segurança pública, cumprindo as diretrizes emanadas pelo Poder Público e por este regulamento, conforme Lei 1.457 de 27/06/1996, e também é uma instituição que é Declarada de Utilidade Pública no Município de Pato Branco, conforme Carta Constitutiva 034/2022 – 31/08/2022.

Em relação aos itens aqui pretendidos, informa-se que estes serão adquiridos pelo CONSEG Pato Branco e posteriormente doados para a Delegacia da Mulher de Pato Branco, e esta unidade de segurança pública terá total responsabilidade na manutenção, cuidados e custeios necessários dos itens doados, bem como encargos e obrigações legais e documentais.

Além disso, o CONSEG Pato Branco já possui larga experiência na execução de emendas impositivas, tendo esta OSC já contemplada por dezenas de emendas municipais executadas diretamente por subvenção social e, ademais, também já realizou a execução de mais de meio milhão de emendas federais, também destinadas como subvenção social e executadas sob o rígido controle do CONSEG, Prefeitura de Pato Branco e TCE.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

3.1 – Título do Projeto:

“Projeto Equipar para Humanizar o Atendimento da Delegacia de Mulher de Pato Branco.”



CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA CONSEG - PATO BRANCO - PR

3.2 – Identificação do Projeto:

Aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais destinados à estruturação e humanização do atendimento da Delegacia da Mulher de Pato Branco, contemplando 01 (um) notebook de alta performance, 03 (três) armários sob medida, 01 (uma) mesa sob medida, 01 (um) televisor, 01 (um) sistema de monitoramento completo com 12 (doze) câmeras de segurança, 01 (um) DVR, 01 (um) monitor e 01 (um) interfone, 04 (quatro) monitores para computador, 04 (quatro) cadeiras executivas, 02 (dois) cofres, 01 (um) binóculo, 02 (dois) lixeiros trituradores, 02 (dois) carregadores de bateria veicular, 04 (quatro) lanternas táticas profissionais, 04 (quatro) headphones e 01 (um) HD/SSD externo com capacidade de 1 TB.

3.3 – Descrição da realidade que será objeto da parceria:

O presente projeto reconhece a importância de proporcionar um ambiente físico adequado, funcional e acolhedor na Delegacia da Mulher de Pato Branco. A unidade tem papel essencial no atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar do município, bem como na apuração de crimes que demandam sensibilidade e discrição no acolhimento.

Atualmente, a Delegacia da Mulher enfrenta limitações estruturais decorrentes da ausência de mobiliário e equipamentos adequados, o que impacta diretamente na qualidade do atendimento prestado e nas condições de trabalho dos servidores.

A unidade policial carece de **móveis e equipamentos diversos (eletrônicos e não eletrônicos)** que possibilitem a organização eficiente dos espaços e a criação de um ambiente mais humanizado, eficaz e confortável para usuários e servidores. Além disso, parte significativa dos móveis atuais foi danificada por uma infestação de cupins, resultando na perda de mesas, cadeiras e armários, o que compromete as condições de trabalho dos servidores e a qualidade do atendimento ao público de Pato Branco.

Os benefícios oriundos da readequação e modernização do ambiente físico da Delegacia da Mulher de Pato Branco poderão ser observados a curto, médio e longo prazo, tendo em vista a durabilidade dos bens adquiridos e a melhoria permanente das condições de atendimento e trabalho.

A melhoria da infraestrutura da unidade refletirá diretamente na qualidade dos serviços prestados à população de Pato Branco, especialmente no acolhimento de mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência.



CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA CONSEG - PATO BRANCO - PR

A iniciativa contribuirá, de forma contínua, para o fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher e para a promoção de um ambiente institucional mais humanizado, seguro e eficiente.

4. OBJETIVOS:

4.1 – Objetivo Geral

O presente projeto visa a aquisição de **móveis e equipamentos diversos (eletrônicos ou não)**, destinados à Delegacia da Mulher de Pato Branco, com o objetivo de equipar adequadamente suas dependências, garantindo melhores condições de trabalho aos servidores e um ambiente mais acolhedor e humanizado para o atendimento das vítimas e demais cidadãos do município que buscam os serviços da unidade policial.

4.2 – Objetivos Específicos

O presente projeto visa uma parceria entre Município de Pato Branco, por meio de **Emenda Impositiva de Bancada nº. 105/2025** e o Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG - de Pato Branco, e a Delegacia da Mulher de Pato Branco, tendo como objetivo principal a aquisição de **móveis e equipamentos diversos (eletrônicos e não eletrônicos)**, destinados ao uso nas dependências da Delegacia da Mulher de Pato Branco, garantindo um ambiente mais acolhedor e humanizado para o atendimento das vítimas de violência e demais cidadãos que buscam os serviços da unidade policial

Tal parceria se faz necessária, tendo em vista a escassez de recursos para este fim junto ao Poder Público, bem como a necessidade de fornecer meios necessários ao atendimento das vítimas de violência do município.

Este, sem dúvida, é um projeto que beneficiará diretamente toda a comunidade de Pato Branco e região, tanto pela melhora significativa na segurança do município, quanto pelo fortalecimento do acolhimento e atenção às vítimas de violência doméstica e crimes sexuais atendidas pela Delegacia da Mulher de Pato Branco.

A Delegacia da Mulher foi implementada para executar ações de acolhimento, prevenção, investigação e repressão à violência doméstica e aos crimes contra a dignidade sexual.

Os crimes comumente investigados na unidade são de violência doméstica e familiar contra a mulher (em suas diversas modalidades), estupro,



CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA CONSEG - PATO BRANCO - PR

estupro de vulnerável, assédio sexual, importunação sexual, descumprimento de medidas protetivas de urgência, entre outros.

O combate à violência contra a mulher, portanto, traz benefícios para toda a sociedade, já que essa modalidade criminosa está frequentemente associada a outras formas de violação de direitos humanos, incluindo violência psicológica, patrimonial, moral e sexual, gerando desestruturação familiar e sofrimento social.

Atualmente, o trabalho desenvolvido pelos servidores da Delegacia da Mulher de Pato Branco consiste, em grande parte, na acolhida das vítimas, oitiva especializada, coleta e análise de provas materiais e digitais, além do cumprimento de mandados judiciais e demais atividades de polícia judiciária.

Esse trabalho exige dos policiais, além de sensibilidade e preparo técnico, um ambiente de trabalho adequado, com espaços reservados para o atendimento humanizado das vítimas, equipamentos adequados para o desempenho das atividades policiais, garantindo a efetividade das ações de polícia judiciária, bem como o acolhimento e atendimento humanizado das vítimas de violência.

A criação de um ambiente organizado, confortável e humanizado é fundamental para garantir a qualidade do atendimento, a proteção das vítimas e a eficiência na prestação dos serviços públicos.

A Delegacia da Mulher de Pato Branco atende, em média, duzentos casos de violência contra a mulher, por mês, totalizando aproximadamente duas mil e quatrocentas ocorrências atendidas por ano.

Não há limite mínimo ou máximo de faixa etária, visto que a violência não possui critérios pré-estabelecidos. Na unidade, são atendidas diariamente crianças, adolescentes, pessoas adultas e idosas.

4.3 – Problemas que o projeto resolve

A execução do presente projeto visa sanar problemas críticos que comprometem a prestação do serviço público especializado na unidade policial, destacando-se a resolução dos seguintes pontos:

a) *Insalubridade e degradação patrimonial*: resolve a precariedade instalada pela infestação de agentes biológicos (cupins), que ocasionou a perda funcional de mesas, cadeiras e armários, restabelecendo condições dignas de ergonomia e higiene para servidores e usuários;



CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA CONSEG - PATO BRANCO - PR

b) *Déficit de acolhimento humanizado*: mitiga a revitimização (vitimização secundária) ao substituir o ambiente institucional árido e deteriorado por espaços devidamente equipados e mobiliados, permitindo que a oitiva especializada e o atendimento ao público ocorram em local que preserve a dignidade e a intimidade das vítimas e de seus familiares;

c) *Limitação operacional e tecnológica*: suprime a carência de equipamentos (eletrônicos e não eletrônicos), otimizando a capacidade de resposta na formalização de procedimentos, na coleta de elementos informativos, no desempenho da atividade operacional e na gestão cartorária, conferindo maior celeridade à tramitação dos inquéritos policiais;

d) *Inadequação do fluxo de atendimento*: soluciona a desorganização espacial decorrente da ausência de mobiliário adequado, viabilizando a segregação necessária entre vítimas e agressores, bem como garantindo a privacidade essencial para o relato de crimes contra a dignidade sexual;

Vale ressaltar que este é apenas mais um projeto dos vários já realizados pelo CONSEG Pato Branco e aprovados, sendo que o objetivo claro é sempre melhorar as estruturas das forças de segurança pública, buscando entregar ainda mais qualidade de segurança e de vida aos munícipes de Pato Branco.

A violência doméstica e os crimes sexuais não são episódios isolados, mas fenômenos complexos, com impactos psicológicos, sociais e familiares profundos. Portanto, o objetivo específico é qualificar e humanizar o atendimento prestado na Delegacia da Mulher, garantindo respostas mais efetivas, sensíveis e duradouras, contribuindo para a proteção das vítimas, a responsabilização dos agressores e a prevenção da reincidência criminosa.

4.4. Vigência

120 dias após a publicação do termo de colaboração.

5. PÚBLICO-ALVO:

O público-alvo do presente plano de trabalho são as mulheres (crianças, adolescentes, adultas e idosas) vítimas de violência doméstica e familiar e/ou de crimes contra a dignidade sexual, bem como seus familiares, atendidos pela Delegacia da Mulher do Município de Pato Branco.

A implementação das melhorias pleiteadas neste plano garantirá mais segurança, dignidade e bem-estar às vítimas dos crimes citados, em especial às



CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA CONSEG - PATO BRANCO - PR

mulheres e famílias da nossa comunidade. A melhora e adequação do ambiente de trabalho na Delegacia da Mulher permitirá acolhimento qualificado, escuta especializada e atendimento humanizado às vítimas de violência doméstica e crimes sexuais.

Como é amplamente reconhecido, os casos de violência contra a mulher envolvem não apenas danos físicos, mas também profundos impactos psicológicos e emocionais, exigindo um atendimento que vá além da repressão penal. O atendimento adaptado e humanizado é essencial para a quebra do ciclo de violência, para a construção elementos de informação destinados a subsidiar as investigações criminais, bem como para o encaminhamento adequado das vítimas à rede de apoio e proteção.

Além disso, é importante considerar que a complexidade e recorrência dos casos de violência exige abordagens especializadas e multidisciplinares, com o envolvimento de profissionais treinados para lidar com traumas e situações de risco, bem como de estrutura física necessária para tal atendimento. A violência de gênero, quando não enfrentada adequadamente, gera desdobramentos sociais graves, como a desestruturação familiar, reincidência criminal e a perpetuação da desigualdade.

Dessa forma, investir na adaptação da Delegacia da Mulher é investir na proteção das vítimas, na efetividade da justiça e na construção de uma sociedade mais segura e justa para todos. O fortalecimento da rede de proteção é urgente, e este projeto representa um passo concreto e necessário rumo a essa transformação.



CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA CONSEG - PATO BRANCO - PR

Beneficiários	Faixa etária	CrITÉRIOS de seleÇÃO	Quantidade estimada de atendidos	Forma de acesso ao projeto
Pessoas em vulnerabilidade social e vítimas de violência doméstica e/ou familiar e de crimes contra a dignidade sexual no município de Pato Branco.	Pessoas vítimas de violência doméstica e/ou familiar e de crimes contra a dignidade sexual e situações de vulnerabilidade, abrangendo <u>todas as faixas etárias</u> , incluindo crianças, adolescentes, adultos, idosos e familiares, conforme a necessidade do atendimento e do acolhimento.	Não há critério de seleção ou restrição de atendidos pelo projeto, ante o princípio de livre acesso da população aos serviços públicos. Serão atendidas todas as pessoas em vulnerabilidade social e vítimas de violência doméstica e/ou familiar e de crimes contra a dignidade sexual no município de Pato Branco, sem restrições, que buscarem atendimento na unidade policial.	A Delegacia da Mulher de Pato Branco atende, em média, duzentos casos mensais, totalizando aproximadamente duas mil e quatrocentas ocorrências atendidas por ano. Não há limite mínimo ou máximo de faixa etária, visto que a violência não possui critérios pré-estabelecidos. Na unidade, são atendidas diariamente crianças, adolescentes, pessoas adultas e idosas.	Presencial, nas dependências da Delegacia da Mulher de Pato Branco.

6. ESPECIFICAÇÕES DE METAS E MEIOS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO

Metas Qualitativas	Indicador de aferição de cumprimento das metas	Meios de verificação
Melhora na qualidade dos atendimentos realizados à população vítima de violência no âmbito doméstico e familiar, bem como vítimas de crimes contra a dignidade sexual no município de Pato Branco.	Fotos demonstrativas e relatório detalhado dos itens adquiridos, com descrição dos benefícios trazidos pela aquisição deles, bem como do impacto positivo no atendimento da unidade.	Conferência e análise dos dados apresentados pela unidade em relatório detalhado, bem como fiscalização do Município de Pato Branco (servidores responsáveis pelo projeto) dos itens adquiridos.
Realização, pela Delegacia da Mulher de Pato Branco e em parceria com o CONSEG, de quatro palestras em escolas públicas voltadas à orientação da prevenção da violência	Fotos demonstrativas e relatório detalhado das ações realizadas, bem como postagem na rede social oficial da unidade policial e do CONSEG , visando dar publicidade ao ato.	Conferência e análise dos dados apresentados pela equipe do CONSEG, relativos às palestras. Participação facultativa de fiscais



CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA CONSEG - PATO BRANCO - PR

doméstica e familiar ou de crimes contra a dignidade sexual.		do município durante a realização das palestras.
Uma visita técnica à Delegacia da Mulher de Pato Branco, realizada pelo CONSEG, representantes do Poder Executivo e Poder Legislativo municipais, visando conhecer o funcionamento da delegacia e as melhorias que o projeto realizado trouxe ao atendimento da população.	Fotos demonstrativas e relatório detalhado da ação realizada, bem como postagem na rede social oficial da unidade policial e do CONSEG , visando dar publicidade ao ato.	Conferência e análise dos dados apresentados pela equipe do Conseg, relativos à visita técnica. Participação facultativa de fiscais do município durante a realização da visita técnica.

7. METODOLOGIA/AÇÕES DESENVOLVIDAS

As atividades e benefícios com as aquisições pretendidas neste plano, poderão ser vistas e acompanhadas pelos próximos anos a partir da contemplação do presente projeto e a efetiva entrega dos itens pleiteados.

A sociedade local será diretamente beneficiada, de forma constante e ininterrupta, em todas as ações de repressão criminal e melhoria da segurança local, não tendo um objetivo único e por um curto espaço de tempo, e sim por todo o período em que os trabalhos se desenvolverem.

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

Ativ.	Descrição da Atividade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1	Liberação dos recursos.	X											
2	Seleção prévia das empresas qualificadas de acordo com as exigências aqui apresentadas para entrega dos itens a ser adquiridos.	X											



CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA CONSEG - PATO BRANCO - PR

Ativ.	Descrição da Atividade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1	Liberação dos recursos.	X											
3	Consulta de orçamentos que atendam às exigências requeridas e que possuam menor preço e relação custo x benefício dos materiais e dos bens duráveis a serem adquiridos.	X											
4	Aprovação dos orçamentos.	X											
5	Pagamento dos fornecedores.		X										
6	Efetiva aquisição e entrega dos itens pretendidos.		X	X									
7	Redistribuição e/ou devolução dos recursos eventualmente remanescentes.				X								
8	Realização das metas qualitativas previstas no presente plano de trabalho.	X	X	X	X								
9	Encerramento e prestação de contas do presente projeto.				X								

9. RECURSOS UTILIZADOS PARA DESENVOLVER O PROJETO

9.1. Bens Permanentes (recursos próprios da OSC)

Não serão empregados bens permanentes da OSC para execução do presente projeto.

Não serão empregados recurso próprios da OSC para a execução do presente projeto.

Assinado por 2 pessoas: GERI NATALINO DUTRA e JULIANO RIBOLI
Para verificar a autenticidade do documento, acesse <https://patobranco.idoc.com.br/verificacao/60B6-E40D-3F1B-D0A2>



CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA CONSEG - PATO BRANCO - PR

Apenas será utilizada a estrutura própria da Delegacia da Mulher, local onde os móveis e equipamentos adquiridos serão alocados.

9.2. IMÓVEL ONDE O PROJETO/OBJETO SERÁ EXECUTADO:

O imóvel onde será executado o presente projeto está localizado na Rua Tocantins, nº 1941, Centro, Pato Branco – PR. CEP: 85.505-140.

9.3. RELATÓRIO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA

Atestamos, para todos os fins de direito e responsabilidades legais, que o Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco - CONSEG, estabelecido a Rua Presidente Kennedy, 170, Bairro Bortot, Pato Branco – PR, CNPJ 80.871.924/0001-00, já participou de inúmeros processos de auxílio aos órgãos de segurança local e à Administração Pública municipal, tendo plena e total capacidade (técnica e operacional) para o gerenciamento total do presente projeto, em todas as suas fases de execução, estando ciente de todos os preceitos legais e administrativos que regem a administração pública e o presente projeto.

Atestamos, ainda, que sempre cumprimos pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estarmos aptos a cumprir com os objetos contratados, nada tendo que nos desabone.

Não obstante a isso, o CONSEG Pato Branco já possui larga experiência na execução de emendas impositivas, tendo esta OSC já sido contemplada por dezenas de emendas municipais executadas diretamente por subvenção social e, ademais, também já realizou a execução de mais de meio milhão de emendas federais, também destinadas como subvenção social e executadas sob o rígido controle do CONSEG, Prefeitura de Pato Branco e TCE.

Nome	Cargo/função/ registro profissional	Escolaridade Formação	Carga horária Semanal	Carga horária Quinzenal	Carga horária Mensal
Juliano Riboli	Presidente do CONSEG Pato Branco.	Pós-graduação	40 horas	80 horas	160 horas
Keila Maria Mafioletti	Delegada-Chefe da Delegacia da Mulher de Pato Branco	Pós-graduação	40 horas	80 horas	160 horas



CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA CONSEG - PATO BRANCO - PR

10. PLANO DE APLICAÇÃO:

As despesas de custeio referente a aquisição dos itens descritos acima, são as que seguem conforme o descritivo abaixo:

a) Aquisição de UM notebook de alta performance:

R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

b) Aquisição de TRÊS armários sob medida:

R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais)

c) Aquisição de UMA mesa sob medida:

R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

d) Aquisição de UM televisor:

R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

e) Aquisição de UM sistema de monitoramento completo, com 12 câmeras de segurança, um DVR, um monitor e interfone:

R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

f) Aquisição de QUATRO monitores para computador:

R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

g) Aquisição de QUATRO cadeiras executivas:

R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

h) Aquisição de DOIS cofres:

R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

i) Aquisição de UM binóculo:

R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

j) Aquisição de DOIS lixeiros trituradores:

R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

k) Aquisição de DOIS carregadores de bateria veicular:

R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

l) Aquisição de QUATRO lanternas táticas profissionais:

R\$ 3.000,00 (três mil reais)

m) Aquisição de QUATRO headphones:

R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

n) Aquisição de UM SSD externo (capacidade de 1TB):

R\$ 1.000,00 (um mil reais)

Valor máximo total dos itens acima: R\$ 100.000,00 (Emenda impositiva de Individual nº 105/2025).

Classificação das despesas	Descrição das despesas	Valor Total
4.4.90.52.35	Aquisição de um notebook de alta performance	R\$ 20.000,00
4.4.90.52.42	Aquisição de três armários sob medida	R\$ 19.000,00
4.4.90.52.42	Aquisição de uma mesa sob medida	R\$ 5.000,00
4.4.90.52.33	Aquisição de um televisor	R\$ 2.000,00
4.4.90.52.33	Aquisição de um sistema de monitoramento completo, com 12 câmeras de segurança, um DVR, um monitor e interfone	R\$ 20.000,00



CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA CONSEG - PATO BRANCO - PR

4.4.90.52.33	Aquisição de quatro monitores para computador	R\$ 4.000,00
4.4.90.52.42	Aquisição de quatro cadeiras executivas	R\$ 8.000,00
4.4.90.52.42	Aquisição de dois cofres	R\$ 8.000,00
4.4.90.52.99	Aquisição de um binóculo	R\$ 4.000,00
4.4.90.52.36	Aquisição de dois lixeiros trituradores	R\$ 2.000,00
4.4.90.52.57	Aquisição de dois carregadores de bateria veicular	R\$ 2.000,00
4.4.90.52.99	Aquisição de quatro lanternas táticas profissionais	R\$ 3.000,00
4.4.90.52.33	Aquisição de quatro headphones	R\$ 2.000,00
4.4.90.52.33	Aquisição de um HD/SSD externo (capacidade de 1TB)	R\$ 1.000,00
Subtotal		R\$ 100.000,00

11. DESPESAS QUE SERÃO PAGAS EM ESPÉCIE

Não existem despesas neste projeto que deverão ser pagas em espécie, todas serão pagas via transferência bancária, pagamento de boletos e/ou Pix – tudo mediante ordem de compra, pedido de compra e/ou nota fiscal.

12. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE DESEMBOLSO

O projeto será executado em fase única, com a aquisição dos materiais e bens pretendidos assim que o recurso for liberado e os orçamentos captados, optando pelo menor orçamento apresentado pelo item pretendido.



CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA CONSEG - PATO BRANCO - PR

Etapa / Atividade	Período de Execução	Descrição da Ação	Valor Previsto (R\$)
Etapa 1	Meses 02 e 03 pós assinatura do termo de colaboração no ano de 2026.	Aquisição de um notebook de alta performance	R\$ 20.000,00
Etapa 2	Meses 02 e 03 pós assinatura do termo de colaboração no ano de 2026.	Aquisição de três armários sob medida	R\$ 19.000,00
Etapa 3	Meses 02 e 03 pós assinatura do termo de colaboração no ano de 2026.	Aquisição de uma mesa sob medida	R\$ 5.000,00
Etapa 4	Meses 02 e 03 pós assinatura do termo de colaboração no ano de 2026.	Aquisição de um televisor	R\$ 2.000,00
Etapa 5	Meses 02 e 03 pós assinatura do termo de colaboração no ano de 2026.	Aquisição de um sistema de monitoramento completo, com 12 câmeras de segurança, um DVR, um monitor e interfone	R\$ 20.000,00
Etapa 6	Meses 02 e 03 pós assinatura do termo de colaboração no ano de 2026.	Aquisição de quatro monitores para computador	R\$ 4.000,00
Etapa 7	Meses 02 e 03 pós assinatura do termo de colaboração no ano de 2026.	Aquisição de quatro cadeiras executivas	R\$ 8.000,00
Etapa 8	Meses 02 e 03 pós assinatura do termo de colaboração no ano de 2026.	Aquisição de dois cofres	R\$ 8.000,00
Etapa 9	Meses 02 e 03 pós assinatura do termo de colaboração no ano de 2026.	Aquisição de um binóculo	R\$ 4.000,00
Etapa 10	Meses 02 e 03 pós assinatura do termo de colaboração no ano de 2026.	Aquisição de dois lixeiros trituradores	R\$ 2.000,00
Etapa 11	Meses 02 e 03 pós assinatura do termo de colaboração no ano de 2026.	Aquisição de dois carregadores de bateria veicular	R\$ 2.000,00
Etapa 12	Meses 02 e 03 pós assinatura do termo de colaboração no ano de 2026.	Aquisição de quatro lanternas táticas profissionais	R\$ 3.000,00

Assinado por 2 pessoas: GERI NATALINO DU TRA e JULIANO RIBOLI
Para verificar a autenticidade do documento, acesse <https://patobranco.idoc.com.br/verificacao/60B6-E40D-3F1B-DOA2>



CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA CONSEG - PATO BRANCO - PR

Etapa / Atividade	Período de Execução	Descrição da Ação	Valor Previsto (R\$)
Etapa 13	Meses 02 e 03 pós assinatura do termo de colaboração no ano de 2026.	Aquisição de quatro headphones	R\$ 2.000,00
Etapa 14	Meses 02 e 03 pós assinatura do termo de colaboração no ano de 2026.	Aquisição de um SSD externo (capacidade de 1TB)	R\$ 1.000,00
Etapa 15 Final	Mês 04 pós assinatura do termo de colaboração no ano de 2026.	Conclusão do projeto	Valor total executado: R\$ 100.000,00

Pato Branco, 24 de setembro de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br JULIANO RIBOLI
Data: 24/09/2026 09:42:34-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

(assinado digitalmente)

JULIANO RIBOLI
018.446.390-45
PRESIDENTE

Assinado por 2 pessoas: GERI NATALINO DUTRA e JULIANO RIBOLI
Para verificar a autenticidade do documento, acesse <https://patobranco.idoc.com.br/verificacao/60B6-E40D-3F1B-D0A2>





DECLARAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA

A/C

Município de Pato Branco - PR

A Entidade Conselho Municipal de Segurança de Pato Branco PR, devidamente inscrita no CNPJ nº80.871.924/0001-00, com endereço na Rua Presidente Kennedy, nº170, CEP: 85.504-240 na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, telefone (46) 9-9904-8244 por intermédio de seu representante legal, o Sr. JULIANO RIBOLI, portador da Carteira de Identidade nº 14.144.898-6/PR e do CPF nº 018.446.390-45, em atendimento ao art. 39 da Lei 13.019/2014, DECLARA expressamente que:

Procedeu com a abertura de conta bancária específica e exclusiva para recepcionar recurso oriundos da emenda impositiva 105-2025, remanejamento nº 2-2026, conforme dados que seguem:

INSTITUIÇÃO BANCÁRIA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGÊNCIA: 0602

CONTA: 568.956.968-9

OPERAÇÃO: 1292

CONTA CORRENTE PESSOA JURIDICA

TITULAR: CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DE PATO BRANCO
– CONSEG PATO BRANCO.

CPNJ: 80.871.924/0001-00

Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Sem mais.

Pato Branco – PR, 11 de maio de 2026.



Documento assinado digitalmente

JULIANO RIBOLI

Data: 11/05/2026 13:52:07-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Juliano Riboli

Presidente

Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco PR
CONSEG



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 60B6-E40D-3F1B-D0A2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GERI NATALINO DUTRA (CPF 648.XXX.XXX-34) em 29/09/2026 11:18:57 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



JULIANO RIBOLI (CPF 018.XXX.XXX-45) em 29/09/2026 18:31:43 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 29/09/2026 às 18:31 e assinada digitalmente pela 1Doc para garantir sua autenticidade e inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc, que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/60B6-E40D-3F1B-D0A2>